



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

Ao Instituto Federal de Roraima  
Pregão n.º \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, (Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA se comprometer com a responsabilidade e sustentabilidade ambiental, social e econômica, bem como a adesão às normas que vierem a ser estabelecidas, de acordo com a legislação e os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais legislações pertinentes ao serviço a ser prestados e materiais/equipamentos a serem utilizados.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de ..... de 20....

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Ao Instituto Federal de Roraima  
Pregão n.º \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de ..... de 20.....

[ Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal ]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Eu, \_\_\_\_\_, Representante Legal devidamente qualificado da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que visitei o IFRR/*Campus* \_\_\_\_\_, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características do local, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que a oferta proposta pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório n.º \_\_\_\_/20\_\_\_\_, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os valores no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME (Responsável Técnico ou Representante Legal)

CPF nº: RG nº:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

## ANEXO V

### MODELO DE ABDICAÇÃO DE VISTORIA

Eu, \_\_\_\_\_, Representante Legal devidamente qualificado da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que NÃO visitei o local do IFRR/Campus \_\_\_\_\_, por opção própria, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_ e seus Anexos, e que, ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

Assim, declaro que estou ciente de que a oferta proposta pela empresa está de acordo com as exigências do Edital nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_ e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo quaisquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome (Responsável Técnico ou Representante Legal)  
CPF nº: RG nº:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

## ANEXO VI

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
N.º .....

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus* Boa Vista, com sede na Av. Glaycon de Paiva, 2496, Pricumã, na cidade de Boa Vista/Roraima, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.839.508/0002-12, neste ato representado pela Senhora Joseane de Souza Cortez, Diretora-Geral, nomeada pela Portaria nº 1.235, de 18 de dezembro de 2020, publicada no DOU de 22 de dezembro de 2020, portador da matrícula funcional nº 707903, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20....., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de manutenção, incluído o fornecimento de peças, das portas de vidro do IFRR/*Campus* Boa Vista, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )				
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário
1				
2				
3				
...				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S) (SUPRESSÃO)**

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### **5. VALIDADE DA ATA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

### **6. REVISÃO E CANCELAMENTO**

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Boa Vista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

**ANEXO VII**  
**TERMO DE CONTRATO**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**  
(Exs.: manutenção de elevadores, veículos, de condicionadores de ar e predial, fornecimento de passagens aéreas, locação de impressoras e máquinas reprográficas, telefonia, lavanderia)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O (A)  
..... E A EMPRESA  
.....**

O(A) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ...../Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ..... em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº ...../20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção, incluído o fornecimento de peças, das portas de vidro do IFRR/Campus Boa Vista, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:
- Gestão/Unidade:
- Fonte:
- Programa de Trabalho:
- Elemento de Despesa:
- Pl:
- Nota de empenho:
- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

- 5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

- 8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de ..... - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ..... de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
CAMPUS BOA VISTA

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

## ANEXO VIII

### Estudo Técnico Preliminar 5/2021

#### 1. Informações Básicas

Número do processo: 23229.000156.2021-54

#### 2. Descrição da necessidade

O objeto do presente estudo é a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de manutenção, incluído o fornecimento de peças, das portas de vidro do IFRR/Campus Boa Vista.

O IFRR/Campus Boa Vista possui 15 portas de vidro instaladas nos mais diversos setores e é de conhecimento geral que portas de vidro demandam manutenção, haja vista o desgaste natural que as peças sofrem ao longo do tempo, bem como frente a ocorrência de desregulagem e quebras inesperadas.

Assim, considerando que constantemente as portas de vidro instaladas nessa unidade vem apresentando problemas, tendo inclusive passado por uma manutenção no ano de 2020, justificamos a contratação de uma empresa que possa vir a prestar o serviço de forma continuada, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos usuários e servidores, assegurando o perfeito funcionamento dos equipamentos, conservando e preservando este patrimônio público.

#### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Tatiane Cristina de Jesus

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

##### Da Modalidade da Licitação

4.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, haja vista tratar-se de contratação de serviços comuns e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras, enquadrando-se a contratação pretendida nos Incisos I, II e IV do Artigo 3º do Decreto 7.892/2013.

4.1.1. O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata, sendo necessário o aguardo de exercícios futuros para a efetivação da contratação de todos os itens. Daí a

necessidade de que o processo seja no sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são possíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata, que será de 12 meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios de em um curto espaço de tempo, ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito do órgão.

4.1.2. Outro ponto de fundamental importância para se aplicar o sistema de registro de preços é o fato de não haver necessidade de declarar a existência de crédito para a realização do certame, podendo a previsão orçamentária para cobrir a despesa, ser demonstrada apenas antes da efetiva contratação do serviço (Orientação Normativa AGU nº 20/2009).

4.1.3. O Sistema de Registro de Preço – SRP mostra-se pertinente, também, considerando a hipótese prevista no inciso IV do artigo 3.º do Decreto 7.892/2013, aliado às vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação e ampliá-la somente quando houver necessidade, proporcionando a redução de número de licitações a serem realizadas no âmbito do IFRR; agilizar a contratação futura, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

### **Da natureza do serviço**

4.2. A prestação do serviço em pauta possui natureza continuada, pois a sua ausência ocasiona danos a Administração, haja vista que a manutenção das portas de vidro garante a segurança do patrimônio e dos servidores e usuários desta Instituição. Portanto, com base no art. 15 da IN SEGES 05/2017, pela sua essencialidade, o serviço visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

### **Do regime de execução**

4.3. O serviço a ser contratado será realizado sob o regime de empreitada por preço unitário, haja vista tratar-se de execução por demanda.

### **Da adesão a Ata de Registro de Preços**

4.4. Tendo em vista que, no momento, não vislumbramos vantagem para este IFRR, não será autorizada a adesão a ata de registro de preços oriunda desta licitação.

### **Da habilitação e qualificação**

4.5. De acordo com os itens 4.1 a 4.7 do ANEXO VII-A da IN SEGES 05/2017, será exigido do licitante:

- e.1. Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- e.2. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;
- e.3. Declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e.4. Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e.5. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa /SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- e.6. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e.7. Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- e.8. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade /município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;
- e.9. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo e quantidade, com o que está sendo licitado, com a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedidos por órgãos públicos ou empresa privadas;
- e.10. Além da necessidade de apresentar as declarações citadas nos anexos da IN SEGES 05/2017, o licitante deverá apresentar, também:
- i. Declaração de Sustentabilidade Ambiental.
  - ii. Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4 /6/2010.
- e.11. Nas licitações realizadas na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, as declarações deverão ser apresentadas no momento do cadastramento da proposta, para os demais casos deverão ser apresentados juntamente com as propostas de preços na sessão pública.

### **Da garantia contratual**

4.6. Não será exigida garantia de execução contratual, por se tratar de um serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, com pagamentos realizados de acordo com as solicitações demandadas, sem pagamentos antecipados não há a necessidade de garantia contratual, pois os riscos de responsabilidade subsidiária do Estado são mínimos.

#### **Da duração inicial do contrato**

4.7. A contratação será realizada para um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por até 60 (sessenta) meses, conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **Da transição contratual**

4.8. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.

#### **Dos critérios e práticas de sustentabilidade**

4.9. A Contratada deverá ter cuidados especiais com a manutenção do equilíbrio ambiental, a saúde humana e dos animais, na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados como material de consumo, em especial:

4.9.1. Atender os critérios de Sustentabilidade ambiental, considerando os processos de utilização e descarte dos produtos e matérias primas, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP.

4.9.2. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

4.9.3 A realização do serviço deverá ser efetuado por empregado devidamente treinado, identificado, uniformizado e com equipamento de proteção individual (EPI) adequado, ficando por conta da Contratada o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, de tais Equipamentos.

### **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Com base na pesquisa realizada no Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico [gov.br/paineldeprecos](http://gov.br/paineldeprecos), com o objetivo de verificar contratações de outros órgãos para o mesmo objeto, percebemos que a execução do serviço ora em apreço não possui uma diversidade, sendo adotado, comumente, a contratação de empresa terceirizada, incluído o fornecimento de peças, a qual utilizará mão de obra e equipamentos próprios para a execução.



5.2. Dentre as contratações similares abaixo, verificamos que duas delas preveem assinatura de contrato, com possibilidade de prorrogação.

- Pregão: 42/2019; UASG: 090010; Órgão: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO ESTADO DE ALAGOAS; Objeto: contratação de empresa especializada para realizar serviço de conserto/manutenção corretiva das portas móveis de vidro temperado, tipo blindex, instaladas no edifício-sede da Justiça Federal em Alagoas, com o fornecimento de todos os materiais necessários. Não prevê assinatura de contrato.

- Pregão: 36/2020; UASG: 155023; Órgão: Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW); Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção nas portas móveis de vidro temperado, com fornecimento dos materiais necessários. Prevê a prorrogação do contrato.

- Pregão: 68/2020; UASG: 987791; Órgão: Prefeitura Municipal de Prudentópolis; Objeto: Registro de Preços para a aquisição de janelas e portas de vidro temperado, vidros, divisórias, portas, fechaduras, espelhos e prestação de serviços de instalação e manutenção; Prevê a prorrogação do contrato.

5.3. Dessa forma, com base no levantamento realizado, optamos por prosseguir com a contratação do serviço estimando o quantitativo de cada serviço de manutenção, pagando-se por unidade de serviço, e peça a ser substituída, sob demanda, de acordo com a necessidade da Instituição.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de manutenção, incluído o fornecimento de peças, das portas de vidro do IFRR/Campus Boa Vista.

6.2. Como unidades de medida foram adotados o “serviço” para o item que trata da manutenção em si e “peça” para quando for necessária a substituição de peças das portas.

6.3. A contratada deverá dispor de todos os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, bem como disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPI recomendados pelas normas vigentes aos seus funcionários.

6.4. Os funcionários da contratada deverão estar habilitados e qualificados para a execução do serviço.

6.5. Os serviços serão executados conforme demanda do Campus contratante, por meio de emissão de Ordem de Serviço.

6.5.1. As Ordens de Serviço (O.S.) serão preferencialmente encaminhadas por meio digital (e-mail).

6.6. O prazo para atendimento da Ordem de Serviço não poderá ultrapassar 48h (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da mesma pela contratada.

6.7. A execução dos serviços relativos a cada Ordem de Serviço deverá ser realizada sob a supervisão de servidor designado pelo Campus e em horário compreendido entre 8h00 e 17h00, em dias úteis. Eventuais serviços realizados em finais de semana, recesso e feriados deverão ser acordados com a administração do Campus, que irá providenciar solicitação de autorização de acesso nas dependências.

6.8. Toda e qualquer mobilização de máquinas e equipamentos será de única e exclusiva responsabilidade da empresa.

6.9. A contratante não se responsabilizará pela guarda dos equipamentos e máquinas, nem concederá espaços internos para abrigar ferramentas e similares.

6.10. Durante o período de execução dos serviços, a empresa será responsável em manter o local livre de obstáculos e, após o término dos serviços, deverão ser removidos os equipamentos, as sobras de material e ferramentas de sua propriedade, deixando o local completamente limpo.

6.11. A contratante não assumirá qualquer responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem. A empresa deverá observar as determinações das Leis Trabalhistas, Previdência Sociais e de Seguro de Acidentes do Trabalho.

6.12. A execução dos serviços poderá ser iniciada após a assinatura do Contrato e conforme demanda solicitada pela Contratante via Ordem de Serviço.

6.13. Todos os funcionários da contratada deverão estar devidamente uniformizados e portando crachá da empresa.

6.14. Para aferição da qualidade da prestação dos serviços, a fiscalização do contrato utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforma modelo abaixo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.14.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

## IMR

--

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO	
CONTRATO nº:	
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de manutenção, incluído o fornecimento de peças, das portas de vidro do IFRR/Campus Boa Vista.	
VIGÊNCIA DO CONTRATO:	
FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO:	
DATA DE EXECUÇÃO E VERIFICAÇÃO DO SERVIÇO:	
	Descrição
FINALIDADE	Garantia do cumprimento das exigências pactuadas em contrato e termo de referência.
FORMA DE VERIFICAÇÃO	Acompanhamento via fiscal, devidamente designado, por ocorrência de solicitação
PERIODICIDADE	A CADA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO
Exigência 1	CONTATOS DA CONTRATADA DEVIDAMENTE ATUALIZADOS?
Resultado	( ) SIM ( ) NÃO
Exigência 2	O PRAZO PARA ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO FOI CUMPRIDO?
Resultado	( ) SIM ( ) NÃO
Exigência 3	A EQUIPE DA CONTRATADA ESTÁ DEVIDAMENTE UNIFORMIZADA E IDENTIFICADA?
Resultado	( ) SIM ( ) NÃO

Exigência 4	A EQUIPE DA CONTRATADA POSSUA OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO?
Resultado	( ) SIM ( ) NÃO
Exigência 5	A EMPRESA UTILIZOU EQUIPAMENTOS ADEQUADOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS?
Resultado	( ) SIM ( ) NÃO
FAIXA DE PAGAMENTO DA NOTA FISCAL	100% DA NOTA FISCAL: ATÉ 1 EXIGÊNCIA NÃO CUMPRIDA 90% DA NOTA FISCAL: ATÉ 2 EXIGÊNCIAS NÃO CUMPRIDAS 70% DA NOTA FISCAL: ACIMA DE 3 EXIGÊNCIAS NÃO CUMPRIDAS 0% DA NOTA FISCAL: NENHUMA EXIGÊNCIA CUMPRIDA E /OU SERVIÇO NÃO POSSÍVEL DE REALIZAR POR FALTA DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS
SANÇÕES	0,2% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO EM CASO DE NÃO EXECUÇÃO ADEQUADA ÀS EXIGÊNCIAS DESTES IMR
OBSERVAÇÕES DO FISCAL:	

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para definição das quantidades verificamos o histórico da contratação e levamos em consideração que a contratação anterior supriu momentaneamente a necessidade, visto que foi contratada de forma a resolver os problemas mais urgentes. Assim, para esta contratação, decidimos por estimar um quantitativo de unidades tanto de serviço

como de peças, de forma que, ao longo de uma vigência de 12 meses, fosse possível atender, de forma eficaz, possíveis problemas que surgem com a utilização das portas de vidro.

7.2. Dessa forma, segue abaixo a estimativa da contratação para um período de 12 meses:

<b>Grupo 1</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição dos Serviços</b>	<b>CATMAT</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantitativo Estimado</b>
	1	Serviço de manutenção de porta de vidro	18406	Serviço	45
	2	Batedor central	58491	Peça	45
	3	Bucha para pivô de dobradiça	150413	Peça	45
	4	Capuchinho para trinco	10251	Peça	45
	5	Chapinha para trinco	10251	Peça	45
	6	Contra fechadura	10162	Peça	45
	7	Dobradiça	150250	Peça	45
	8	Dobradiça inferior	150250	Peça	45
	9	Dobradiça superior	150250	Peça	45
	10	Espelho para fechadura	213420	Peça	45
	11	Fechadura	213420	Peça	45
	12	Limitador	58491	Peça	45
	13	Mola	10146	Peça	45
	14	Pivô para dobradiça	150250	Peça	45

15	Puxador	58491	Peça	45
16	Roldana	318202	Peça	45
17	Suporte de canto	150250	Peça	45
18	Suporte para bandeira com ponto de giro	150250	Peça	45
19	Trinco	10251	Peça	45
20	Trinco de pressão	10251	Peça	45

7.3. Para a definição das peças, além do histórico da contratação, foi realizado um levantamento de alguma das peças que compõem as portas de vidro, de forma a prever o maior número de peças diferentes para estimar, com uma maior precisão, o valor total da contratação.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Para a estimativa do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços de acordo com o que preconiza a IN SESGES 73/2020, com a utilização do Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico [gov.br/paineldeprescos](http://gov.br/paineldeprescos), onde foram analisadas contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, bem como foram realizadas pesquisas em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso.

8.2. A metodologia utilizada foi a da média dos três valores obtidos, desconsiderando os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

8.3. Segue às páginas 81 a 83 a planilha orçamentária contendo a estimativa de preço obtida com base na pesquisa realizada no painel de preços e em mídia especializada.

8.4. De acordo com a planilha, a estimativa da contratação, para um período de 12 meses será de R\$ 89.592,45 (oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Por se tratar de serviço com fornecimento de peças, justificamos o agrupamento dos itens, de modo que o licitante vencedor fique responsável pela execução da manutenção, bem como, se responsabilize pela aquisição das peças, haja vista que não se trata de contratação de fornecimento de peças de forma separada.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. De maneira geral, não haverá contratações correlacionadas ou interdependentes com o objeto desta, haja vista que a prestação do serviço de manutenção, incluído o fornecimento de peças, das portas de vidro do IFRR/Campus Boa Vista não depende de qualquer outro serviço já realizado neste Campus ou que venha a ser realizado futuramente.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação está alinhada com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2023, servindo de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos da Dimensão: Gestão Administrativa, presente no Eixo das Políticas Administrativas, no que se refere a gerir os recursos logísticos, orçamentários e financeiros para o alcance dos objetivos institucionais por meio de sua disponibilidade e utilização oportuna, sustentável e eficiente, bem como no Plano Anual de Contratações 2021, registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Portal de Compras do Governo Federal.

## **12. Resultados Pretendidos**

12.1. Pretende-se com a contratação:

12.1.1. Garantir o bom funcionamento das atividades prestadas pelo Campus.

12.1.2. Manter a segurança do patrimônio da Instituição;

12.1.3. Garantir a segurança de servidores e demais usuários dos serviços da Instituição.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Pela natureza e continuidade da contratação já existente, vislumbra-se que não haverá necessidade de adequação do ambiente para a nova contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação prevê a substituição de peças, muitas delas composta por metais ferrosos e não ferrosos, não considerados metais pesados. De acordo com a Lei 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, considera esses materiais como resíduos não perigosos, ou seja, de baixo risco de dano ambiental.

14.2. Dessa forma, para minimizar possíveis impactos ambientais advindos do descarte das peças, será previsto no Termo de Referência que a contratada siga as legislações vigentes que tratam do assunto, bem como, conforme Guia nacional de contratações sustentáveis – 3 Edição, será previsto no TR:

“a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.”

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista que a contratação é comum dentre os órgãos públicos e sua execução envolve atividades já conhecidas pelas empresas do mercado, bem como haja vista a importância da contratação para esta Instituição e conforme já demonstrado ao longo deste ETP, justificamos a viabilidade desta contratação.



## 16. Responsáveis

NATALIA MAIA COSTA

Administradora

TATIANE CRISTINA DE JESUS

Diretora de Administração e Planejamento

# Documento Digitalizado Público

## ANEXOS II A VIII DO EDITAL A SER ELABORADO

**Assunto:** ANEXOS II A VIII DO EDITAL A SER ELABORADO  
**Assinado por:** Geferson Santana  
**Tipo do Documento:** Documento  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Geferson Santos de Santana, DIRETOR - SUB-CHEFIA - DAPLAN (CBV)**, em 21/07/2021 17:27:20.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/07/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 31642

**Código de Autenticação:** 9346e2263a

